



AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E A INSERÇÃO FEMININA

Keila Garcia Da Silva¹

Resumo

O artigo tem como objeto central a apropriação do trabalho feminino pelo capitalismo na sociedade contemporânea. Sendo assim, visa discutir as transformações no mercado de trabalho, destacando as consequências para a classe trabalhadora, em especial no que diz respeito à mão de obra feminina. Para tanto, no primeiro momento, retrata as mudanças no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva, para em seguida trazer o debate das divisões sexuais existentes ainda na atualidade.

Palavras-Chave: Trabalho. Divisão sexual. Mulher.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho, no decorrer da segunda metade do século XX, sofreu transformações muito profundas, com consequências para a classe trabalhadora, dentre estas mudanças, destacamos a entrada da mulher neste mercado. No entanto, apesar de ser considerada uma grande conquista feminina, a inserção da mulher no âmbito público ainda apresenta desigualdades importantes.

A classe trabalhadora sofre com os efeitos da reestruturação produtiva, mas a mão de obra feminina é apropriada de forma ainda mais perversa, devido às divisões sexuais existentes.

Desta forma, este artigo propõe uma discussão, entrecruzando as relações trabalhistas com as relações de gênero, posto que a limitada produção acadêmica sobre os temas, de alguma maneira, corrobora para naturalização da subalternização do trabalho feminino, vigente ainda hoje em nosso meio.

2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Em 1970 a fase vigente do modo de produção capitalista entra em crise e uma reestruturação é realizada em busca de um reestabelecimento da lucratividade. As alterações que se seguem com a reestruturação trazem mudanças para o mercado de trabalho, afetando as relações trabalhistas, com sérias consequências para a classe trabalhadora.

O neoliberalismo que aparece durante a crise de 1970 é uma destas respostas capitalistas em busca de lucros, a fim de superar todas as dificuldades, barreiras existentes para seu desenvolvimento, para o desenvolvimento de seu modo de produção. O neoliberalismo,

... se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarad[o] por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. (...)
(HARVEY, 2011, p. 16).

Antunes (1995 *apud* TONI, 2003, p. 275) aponta como principal questão para os problemas do trabalho, "... o irreconciliável antagonismo entre o capital social total e a totalidade do trabalho". Os problemas não surgem com a reestruturação, pois "... são

¹ keilagarciasilva@hotmail.com - Professora Departamento Serviço Social UFF.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

resultados de processos sócio-históricos estruturais (...). O que o complexo de reestruturação produtiva... faz é incorporar... as perversidades da lei geral de acumulação capitalista..." (ALVES, 2000, p. 65).

As mudanças acabam por enfraquecer o poder dos sindicatos, sendo este um ponto negativo para luta dos trabalhadores contra a exploração a qual são expostos:

O novo complexo de reestruturação produtiva tende a impulsionar, mais ainda, a superexploração do trabalho, na medida em que a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho e o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos tendem a elevar, ainda mais, principalmente nos setores industriais em que se tinha construído um poder sindical organizado, a discrepância entre os rendimentos do capital e os rendimentos do trabalho... (ALVES, 2000, p. 251).

Apoiando-nos em Marx (2006), percebemos que a precarização no mundo do trabalho se dá a partir do modo de produção capitalista em busca de lucro, e essas precarizações, vistas como expressões da "questão social" só serão superadas com a superação da "Lei Geral de Acumulação Capitalista". Enquanto isto não ocorre, os movimentos sociais devem estar lutando em busca da garantia dos direitos da classe trabalhadora.

As transformações no mundo do trabalho trazidas pela crise de uma das fases do capitalismo têm colocado em xeque a centralidade do trabalho, segundo a afirmação de alguns autores.

Offe (1989) afirma a descentralização do trabalho na sociedade, destacando que na sociedade atual não podemos ter o trabalho como central, conforme alguns autores. "A produção de bens e serviços se dá para além e fora da esfera institucional do trabalho formal e contratual" (p.22). Novas propostas devem ser utilizadas para além da sociedade do trabalho, já que o desemprego atinge trabalhadores qualificados. "(...) ele (desemprego) não mais poderia ser atribuído ao fracasso ou à culpa individual" (p.28).

Uma tal teoria teria que tentar explicar por que motivos a esfera do trabalho e da produção perde evidentemente sua capacidade de estruturar e organizar a sociedade e, em consequência da 'implosão' de seu poder de determinação social, libera novos cenários de ação com novos atores e novas racionalidades (OFFE, 1989, p. 36).

Rifkin (1995) acredita que com a nova tecnologia os postos de empregos estão se esgotando, os trabalhadores estão sendo trocados por máquinas, e não só os desqualificados, temos pessoas, hoje, qualificadas fazendo parte da fila dos desempregados.

(...). Estamos, efetivamente, entrando em um novo período na história - em que cada vez mais as máquinas tomarão o lugar dos seres humanos no processo de fabricação e de transporte de bens e fornecimento de serviços. (...). Subitamente, em todo mundo, homens e mulheres perguntam se existe, para eles, algum papel que possam desempenhar no novo futuro que se abre para a economia global. Trabalhadores com anos de estudos, habilidades e experiência enfrentam a perspectiva muito real de serem declarados excedentes pelas novas forças de automação e informação. (...) (RIFKIN, 1995, p. 13).

O autor destaca o fim do trabalho, não vendo mais o trabalho como central, propondo o terceiro setor como solução. O mesmo afirma que as tecnologias deveriam vir como algo bom para os trabalhadores, diminuindo seu tempo de trabalho e aumentando seu tempo de lazer, mas não é o que ocorre.

(...) A ideia de uma sociedade não baseada no trabalho é tão completamente estranha a qualquer conceito que tenhamos sobre como organizar grandes



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

quantidades de pessoas num todo social, que nos defronta com a perspectiva de precisar repensar a própria base do contrato social (RIFKIN, 1995, p. 13).

Beck (1997) destaca a questão da insegurança que atinge o mundo atual, afirmando que "... a insegurança no mercado de trabalho há muito tempo já não atinge mais apenas as 'classes inferiores'. Ela se tornou o signo dos tempos atuais" (p. 42):

... podemos observar, em todos os lugares, um desaparecimento do trabalho remunerado, provocado diretamente pelo desemprego ou camufladamente por 'formas empregatícias informais' exponencialmente crescentes" (BECK, 1997, p. 43).

O autor afirma que o capitalismo vem colocando fim no mundo do trabalho, devido ao desemprego, que se alastra na sociedade, afetando a todos, e propõe a procura de um novo caminho para os cidadãos para além da sociedade do trabalho:

... a práxis invisível da auto-ajuda social e da auto-organização da sociedade deve ser tornada visível. Devemos conferir a ela um peso econômico, organizacional e político. Isso só será possível se investirmos na sociedade civil - democratizando, com isso, por assim dizer, a democracia. Necessitamos de uma aliança entre o Estado e o cidadão em benefício da sociedade civil - no caso, emergencial contra o trabalho e o capital. Mas essa aliança deveria incluir todos os que acalentam o sonho da democracia (BECK, 1997, p. 54).

Todavia, as palavras de Antunes (2009) reforçam a centralidade do trabalho. O trabalho permanece como central na sociedade, mesmo diante das mudanças que o modo de produção capitalista proporciona.

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção à maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à subproletarização, não permitem concluir pela perda dessa centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. (...) (ANTUNES, 2009, p. 210).

Com a chegada das novas tecnologias e a intensificação do trabalho, devido à reestruturação produtiva, visando o aumento da produtividade e a diminuição dos custos, presenciamos a ampliação do desemprego, com a expansão da terceirização e das relações informais de trabalho. Este processo é interpretado como um momento de modernização, que deve ser bem aceito pela sociedade, já que o discurso difundido diz que o desenvolvimento econômico tem como consequência o desenvolvimento social.

A força de trabalho tem sido cada vez mais dispensada do mercado de trabalho formal, o que provoca o rebaixamento do salário, e as conquistas dos trabalhadores sofrem um retrocesso. Com isso, os trabalhadores ativos ficam desestimulados e a classe trabalhadora acaba por ser fragmentada, ainda mais, pois os desempregados não se reconhecem enquanto trabalhadores, enquanto sujeito político, enfraquecendo a luta por seus direitos.

A nova fase do capitalismo busca adestrar os trabalhadores, dominando-os, sem deixar que isso seja perceptível, evitando, assim, as lutas que, no mínimo, abalariam com as estruturas da produção capitalista.

As transformações verificadas no modo de produção capitalista interferem no mercado de trabalho de várias formas, trazendo novas formas de trabalho e reinventando outras. Tais transformações, que visam à flexibilização das relações, inclusive as trabalhistas, vêm com a promessa de implantação de uma sociedade mais igualitária, mas o que acontece não é o prometido, aumentando, portanto, as desigualdades.



Todos os membros da classe trabalhadora estão sujeitos às condições colocadas pela reestruturação produtiva, mas Tavares (2004) destaca algo interessante que contribui ainda mais para a realização desta discussão, o fato de que as mulheres são mais submissas ao processo de acumulação flexível, pelas características impostas culturalmente, passadas de geração em geração, como por exemplo, o costume de realizar diversas atividades ao mesmo tempo, além da mão de obra considerada mais barata, conforme veremos a seguir.

3 A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

As relações de gênero se fazem presentes ainda na sociedade atual, apesar das inúmeras conquistas das mulheres, a partir do movimento feminista, muitas precisam ser garantidas na prática e muitas precisam ser conquistadas. Destacaremos então a principal conquista da mulher, sua inserção no mercado de trabalho, visto, anteriormente, como um ambiente tipicamente masculino.

Podemos observar com o passar dos tempos o aumento do trabalho feminino, porém tal trabalho é ainda mais precário e exploratório do que o realizado pelos homens, sendo importante destacar as diferenças sexuais no âmbito do trabalho, a discriminação da mulher, a diversificação entre os salários, a menor estabilidade feminina no emprego.

Antunes (2009) destaca que as atividades de concepção ou as baseadas em capital intensivo são reservadas ao homem e as de menor qualificação, mais rotinizadas, com maior exploração estão à disposição das mulheres.

Não podemos negar a importância da inserção da mulher no mercado de trabalho, mas tal inserção não se deu, e ainda hoje não se dá, de maneira igualitária, como se deve ser, nem no mercado de trabalho nem no seio familiar, e o capital se aproveita e se beneficia bastante desta situação.

E Antunes (2009) enfatiza o quanto o capital tem se apropriado da polivalência da mulher, da experiência adquirida na esfera privada, já que os homens encontram mais dificuldades em ser polivalente, devido às construções dos papéis sociais.

Esta entrada da mulher no mundo do trabalho se dá a partir do século XIX (não possamos esquecer que estamos falando de representações construídas socialmente e hoje hegemônicas, pois na prática as mulheres pobres sempre trabalharam), no movimento, como diz Perrot (1991), de saída destas mulheres do âmbito privado. Porém apesar de considerada uma conquista, este fato está relacionado ao modo de produção capitalista, que passa a necessitar de novas forças de trabalho, assim como, as mudanças no mercado de trabalho, que traz a precarização e baixos salários, precisando a renda familiar ser complementada, e também as transformações no âmbito familiar, quando a família nuclear perde um pouco da sua centralidade, com o aparecimento do divórcio, trazendo para as mulheres o papel de chefe de família.

O processo de Reestruturação produtiva traz a flexibilidade no trabalho, as novas formas de trabalhos precários, como o trabalho informal, terceirização, trabalho em domicílio, temporário, parcial, como vimos no item anterior, todavia podemos dizer que as mulheres ocupam mais estes espaços, muitas das vezes, para poder dar conta da sua função estabelecida no privado. O trabalho em domicílio, por exemplo, permite a mulher conciliar suas atividades remuneradas e não remuneradas em um só ambiente, sem precisar sair do espaço familiar, visto como um lugar sob sua responsabilidade.

O movimento das mulheres parecia ter como foco para superação das desigualdades sua inserção no âmbito público, por isso, como diz Oliveira (1991) a conquista da igualdade se transformou em caricatura. Esta inserção não era e não foi suficiente para o alcance da igualdade entre homens e mulheres, o âmbito privado permanece da mesma forma, com as mesmas divisões sexuais, ou seja, o âmbito privado permanece como responsabilidade feminina, e o âmbito público continua sendo dominado pelo homem, a mulher passa a ser uma força de trabalho secundária.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

E atualmente isso ocorre, podemos perceber, nas profissões ditas femininas ou masculinas, onde se o homem ou a mulher se insere na profissão “apropriada” para o sexo oposto são discriminados, podemos até dizer, que ocorre com menos frequência, mas ainda há pré-conceitos. Outro exemplo seria a diferenciação nos salários, onde a mulher recebe menos, em algumas ocasiões, mesmo exercendo a mesma função do homem e mesmo tendo mais escolaridade que o mesmo.

Não podemos negar que muitas coisas mudaram, para melhor, houve muita evolução, mas as desigualdades entre os sexos ainda estão visíveis em nossa sociedade, permanecendo as divisões sexuais no trabalho, tanto no âmbito privado quanto no público.

E como a diferenciação entre homens e mulheres é uma construção social, a mesma não pode ser naturalizada e está sendo, como era nos tempos anteriores, parece que a inferioridade da mulher é um fato dado, como se fosse algo natural, porém a única diferença entre homens e mulheres é a diferença biológica, que não interfere, e nem pode, nos papéis sociais desempenhados.

Mas as relações que se desenvolviam sempre foram diversificadas para homens e mulheres, e estas eram as mais prejudicadas, estavam sempre sob a dominação masculina, e isto se dá devido às construções sociais, que direcionavam as mulheres ao privado, para reprodução da força de trabalho, e aos homens o mundo público, em busca do sustento da família, já que tinha como função principal a de provedor da mesma. E estas desigualdades, foram passadas de mães para filhos, sem questionamentos, e quando começaram a questionar, estes foram limitados.

As construções sociais parecem se transformar em uma ideologia difundida, e difundida como verdadeira, então o fato é naturalizado. Hoje a sociedade age como se as relações de gênero não existissem, como se as desigualdades tivessem sido superadas, e não é isso que podemos observar, caso passemos a desconstruir os fatos dados. Esta discussão é algo de extrema necessidade, pois precisamos buscar a igualdade dos sexos, seja no privado ou no público, os estereótipos devem ser desconstruídos e só será quando tivermos a consciência da existência das desigualdades e a vontade de lutar pela busca da verdadeira igualdade.

Kon (2009) aponta duas direções essenciais de mudança, seriam elas, a divisão das tarefas no ambiente privado e a participação completa da mulher no mercado de trabalho, em condições de total igualdade com os homens.

A autora chama a atenção para uma discussão interessante e necessária sobre as Políticas Públicas que precisam se voltar para a superação dessas relações de gênero ainda existentes.

De acordo com seu objetivo primordial, as políticas públicas necessárias poderiam ter como meta: a) influenciar a equalização dos salários; b) tentar modificar o comportamento do empregador com relação à contratação e promoção; c) priorizar mais a trabalhadores do que a empregadores; d) efetivar programas de treinamento outros programas educacionais; e) efetivar programas de intermediação de mão-de-obra feminina dirigidos às condições particulares da mão-de-obra feminina; f) efetivar programas (já oficializados no Brasil) e não completamente implementados como subsídios para o cuidado das crianças, que afetam a decisão familiar de entrada ou não da mulher na força de trabalho; g) visar especificamente a maior integração formal e protegida das mulheres. (KON, 2009, P. 16).

Podemos identificar algumas políticas já efetivadas, como a licença-maternidade e as creches para filhos de funcionários, quando se tem um emprego mais estável, ou creches gratuitas ou com preços mais acessíveis, mas são mínimas em relação ao que é preciso para a conquista da igualdade na prática, pois como percebemos esta igualdade ainda não foi efetivada.



As políticas públicas foram colocadas por Kon (2009) como fundamentais na superação das desigualdades de gênero, e tais políticas são realmente de extrema necessidade, e sendo política pública, as políticas sociais precisam ser colocadas em debate, para sabermos como as mesmas estão se desenvolvendo diante de tantos desafios colocados na sociedade para a classe trabalhadora, e em especial, podemos dizer, para a mulher. Behring (2006) destaca que:

(...) a política social ocupa certa posição político-econômica, a partir do período histórico fordista - keynesiano. Percebe-se que a economia política se movimentou historicamente a partir de condições objetivas e subjetivas e, portanto, o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade. (BEHRING, 2006, p. 24).

Mesmo estando atrelado às lógicas capitalistas de produção (com o intuito de reproduzir a força de trabalho e reduzir os conflitos), não podemos deixar de lado os benefícios que as políticas trazem para as classes trabalhadoras, mas precisam alcançar a universalidade no acesso e o entendimento enquanto direito. Faleiros (1991, p. 31) enfatiza que “não prevalece o direito de acesso universal do cidadão aos serviços, mas um sistema clientelístico de favores e vantagens”.

Os movimentos sociais são de extrema importância na busca por seus direitos, precisam lutar contra os projetos capitalistas que buscam lucros sem nenhum limite, contra seus modos de produção que trazem sérias consequências para a classe trabalhadora, Para Havey (2011, p. 18) “a possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe. Depende do grau com que a massa da população se levanta e diz: ‘Já basta, vamos mudar o sistema’”. Porém,

o problema central é que, no total, não há movimento anticapitalista suficientemente unificado e decidido capaz de desafiar de modo adequado a reprodução da classe capitalista e a perpetuação do seu poder no cenário mundial. (HAVEY, 2011, p. 184).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou trazer uma contribuição para a literatura em relação à discussão sobre as transformações no mercado de trabalho, com especial atenção para o trabalho feminino. Ainda presente na sociedade contemporânea, a questão do gênero faz com que este impacto da Reestruturação Produtiva seja maior nas relações trabalhistas femininas. Então as Políticas Sociais precisam estar também direcionadas para o alcance desta igualdade entre os sexos.

As relações trabalhistas e de gênero são temas de grande importância para o Serviço Social, que merecem atenção e aprofundamento, posto que muitos Assistentes Sociais trabalham diretamente com as famílias, deparando-se no cotidiano com as expressões da desigualdade nas relações de gênero e com as expressões do reflexo da precarização no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ALVES, G. **O novo (precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Boitempo Editorial, 2000.

BECK, U. **Capitalismo sem trabalho**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 1997.



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: Mota, Ana Elizabeth. Et alli (Orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

KON, Anita. **Família e trabalho: considerações teóricas sobre a participação no mercado de trabalho**, 2009. Disponível em:

http://www.pucsp.br/eitt/downloads/vii_ciclo_debates_2009/VIICiclo2009_ArtAnita_Kon.pdf.

Acesso em: 14 jun. 2012.

MARX, K. **O capital: A crítica da economia política**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro 1. Volume I e Volume II.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho"**. RJ: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **Elogio da diferença: o feminino emergente**, São Paulo: Brasiliense, 1991.

PERROT, M. **Sair**. História das mulheres no Ocidente. São Paulo: Ebradil, 1991.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. SP: Makron books, 1995.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TONI, Miriam de. Visões sobre o trabalho em transformação. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 9, p.246-286, jan/jun 2003.